

EM LEMBRANÇA DE GILBERTO FREYRE

Adriano Moreira

A primeira das notas que ocorrem, ao meditar sobre Gilberto Freyre, na sua relação com as ciências humanas em geral, e com a realidade dos povos hoje chamados de expressão oficial portuguesa, é que foi o primeiro teorizador da acção secular dos portugueses no mundo, *tomada esta como um só objecto de estudo, delimitado pelas duas coordenadas do tempo e do espaço.*

Fazendo aplicação do método que também foi de Toynbee, quando este identificou as civilizações, e procurou estudar as leis da sua vida e morte, fixou a *fronteira do mundo que o português criou* e procurou caracterizar os resultados obtidos e fixados nesse espaço-tempo, usando a fórmula sintetizadora, que se tornou célebre, do *lusotropicalismo*.

Não se encontra, antes da sua intervenção observadora, experimental e teorizadora, outra tentativa de compreensão global da acção dos portugueses no mundo, a partir daquilo que outros chamaram a política de transporte, e se traduziu no movimento das descobertas de novas terras e gentes a partir da Europa portuguesa, na política de impor a soberania que definiu o âmbito de acção do mesmo poder político unitário, e no objectivo de reduzir a um povo, com sentimento de unidade, todos os grupos étnicos abrangidos no modelo soberano construído em geral pela imposição da força política em expansão.

Mas não foi o critério da unidade do poder político que lhe serviu para identificar o seu objecto de estudo, nem se preocupou com as técnicas, e fenómenos decorrentes, que têm como objectivo a criação do sentimento de fidelidade ao mesmo centro de poder, uma experiência velha na história da Europa; repetida em todos os lugares do mundo, e que dizem respeito à teoria política

da obediência, designadamente nos modelos imperiais e totalitários, e também na história da formação das poucas verdadeiras nacionalidades existentes.

Pressuposto o fenómeno da expansão do poder político, variável condicionante dos fenómenos sociais decorrentes no espaço criado, debruçou-se sobre a sociedade civil assim delimitada exteriormente, heterogênea e plural no seu conjunto, um aglomerado pela força antes de poder vir a ser uma comunidade, se as circunstâncias o consentissem e os métodos criados fossem apropriadamente usados com tal objectivo.

Realmente, a primeira hipótese que formulou, depois do exame pessoal e experimental, dos resultados observáveis no seu tempo, visitando para tal observação todos os territórios ainda sob a soberania portuguesa, e aqueles que, como o Brasil, se tinham politicamente tornado independentes na época que viveu, foi a de existência de um projecto permanente destinado a formar uma comunidade independentemente da localização geográfica dos grupos, da sua etnia, e da sua cultura originária, e até então não comunicantes com outros.

Não lhe foi naturalmente alheia a observação de que este poder político em expansão, como claramente está dito por Luís de Camões, acreditava ser portador de uma melhor concepção do mundo e da vida mesmo antes de conhecer os novos sistemas com os quais entraria em contacto, e que estava determinado a impor ao mundo *leis melhores*, parte de uma religião revelada e de uma ética transcendente.

Também não ignorou a sábia síntese do anónimo marinheiro da equipagem de Vasco da Gama que, chegados à procurada Índia, explicava aos nativos, do alto da amurada da nau, que ali vinham em busca de cristãos e pimenta, não só de uma coisa mas de ambas, porque a tarefa era do Estado, e este não serve apenas fins espirituais e desinteressados.

Mas, postas as gentes em contacto determinado pelo poder político instalado de novo e sem unidade nos métodos da instalação, Gilberto debruçou-se sobre o estudo da sociedade civil assim constituída, sobre os métodos e resultados dos contactos entre os homens de tão variadas origens étnicas e culturais, sobre a institucionalização dessa nova sociedade, sobre as formas reinventadas para enfrentar e construir um futuro que as circunstâncias políticas, exógenas, tornaram comum.

E começou pelo mais elementar dos fenómenos, o repetido pecado dos nossos primeiros pais, as relações em princípio proibidas dos homens e mulheres dos diferentes grupos em contacto. Não o caso das relações sexuais, como facto ocasional, que é de todos os encontros bélicos entre grupos diferentes, mas a estratificação de uma atitude, de um modelo de conduta, entre grupos destinados pelo poder político a formarem uma comunidade.

Poderia ter sido adaptado o modelo da evolução separada entre colonizadores e colonizados, ligados por uma dependência funcional, em que os primeiros fornecem o capital e a técnica e os segundos perdem a terra e fornecem a mão-de-obra, coisa que também necessariamente aconteceu, ou os colonizados não se instalariam para ficar. E eles estavam para ficar, como é da natureza da colonização, e até para virem a adquirir eles próprios, o que então não sabiam, o sentimento de indígenas submetidos a um poder distante. O homem comum

foi por outro caminho, e daqui nasceu a miscigenação, e uma nova família que não foi subitamente correspondente ao modelo monogâmico do colonizador.

Aconteceu que a acção colonizadora foi uma experiência que permitiu tornar evidente a contradição, que nos é própria, de manter uma permanente distância entre os princípios e os factos: *meliora video, deteriora facio*. Talvez se encontre alguma vantagem em meditar sobre essa vasta actividade desenvolvida sob tal signo da contradição, porque nos ajudará a entender a situação em que nos encontramos.

O colonizador ocidental, culturalmente monogâmico, expressando nas leis essa concepção, e apoiando na religião o conceito proclamado, por outro lado alargou a família a que presidia com a prática generalizada da miscigenação, aglutinando tudo num só grupo dividido interiormente por estatutos diferenciados.

Não se trata da mestiçagem acompanhada do abandono e da discriminação racial, causa original de muitos dos conflitos que se agudizam nas sociedades etnicamente plurais; nem dos resíduos inevitáveis dos conflitos armados que dependem apenas do acidente militar. Trata-se da estruturação gradual de uma realidade social nova, que teve uma das mais explícitas demonstrações no processo de criação do Brasil.

O colonizador preservou as suas mulheres de qualquer contacto amoroso com o nativo, mas procurou ele a índia e a negra que tinha dependentes, fazendo filhos que aumentavam a escravaria e também a família alargada. Deram-se conta deste facto, e com ele alguns se mostraram surpreendidos, escritores como Koster, Marquês de Abrantes, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Expilly, Pedro Calmon. São deste último as seguintes palavras: "a família branca e a sua pequena corte escrava pareciam unificadas por um parentesco moral que, de começo, repugnava à sensibilidade e à intolerância do Europeu, porém depois o fazia bem dizer a humanidade dos senhores e a brandura dos cativos". Era este facto que provocava o espanto de Expilly, ao observar: "a escravidão entregava a mulher cativa ao capricho do homem branco, e tão natural isto se afigurava, como uma das conseqüências da vida das senzalas e das suas brutais tradições que, a circunstância de rodearem o agricultor-barão dezenas de mulatinhos, filhos ilegítimos dele, não escandalizava, nem comprometia a gente austera".

Tivemos assim uma realidade social, coberta pelos usos, que excedia os quadros da família legal e religiosamente organizada, em que esta constituía um núcleo privilegiado, mas todo o grupo regido pela mesma autoridade patriarcal, que muitas vezes se alargava em política para uma zona territorial de influência.

Esta forma sincrética de organizar a família, obrigando à convivência difícil dos princípios da ética revelada com os usos nascidos da prática natural, explica a manutenção ininterrupta, sem reacção social inibidora da parte de uma sociedade que se identificava culturalmente por critérios religiosos, da família que nem a lei nem a religião consagram, espécie de casamento da plebe que se alargou a todos os estratos sociais, criando um companheirismo que vai encontrando reflexo nas leis e na jurisprudência, para garantir interesses patrimoniais dos envolvidos e da natural descendência. De algum modo se pode admitir que o companheirismo foi autêntico e base do sincretismo.

Estes acidentes da família ocidental servem-nos para ilustrar o ponto já adiantado de que a Declaração Universal dos Direitos do Homem procurou certamente a protecção de interesses comuns a todas as formas de família, não apenas referidas a uma circunstancial maneira de se organizar, e de modo algum apenas a um modelo ético da tradição ocidental e cristã.

Esta teoria do lusotropicalismo, que foi abrangente da atitude do português perante os homens diferentes e a natureza desconhecida, que todos iam sendo encontrados simultaneamente, e exigiam respostas não baseadas em experiência anterior, poderia ser entendida como subordinada a uma matriz exclusivamente naturalista. Seria um exercício, peculiarmente português, das instituições vitais de domínio, sobrevivência e expansão, que misturariam, num método, a força e a condescendência, para habilmente manter o domínio político.

A teoria de padrões sociais de conduta, o transporte das plantas e animais, a miscigenação das etnias, poderiam estar apenas subordinadas ao critério do poder político como valor em si mesmo, sem ética transcendente, com apenas um normativismo jurídico decorrente da soberania em função dos seus interesses: tomando, em suma, o domínio da terra e a disponibilidade da força indígena de trabalho, e fornecendo uma tecnologia mais avançada e facilmente dominadora.

Todavia, o reconhecimento de uma componente essencial humanista, de raiz católica, e sempre presente até ao fim do Império em 1974, faz parte da interpretação lusotropicalista, sem esquecer as quebras da autenticidade, que foram frequentes. Não são apenas *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, mas também *O Soldado Prático*, de Diogo de Couto, que devem ser lidos em conjunto, para estabelecer o princípio da contabilidade do activo e do passivo da acção portuguesa.

E por isso não é também apenas *O mundo que o português criou*, nem a *Casa-Grande & Senzala* que definem essa teoria do lusotropicalismo, mas tem importância fundamental a *Aventura e Rotina*, todos de Gilberto, o último na vertente da óptica de Diogo de Couto.

Resultante da visita ao ultramar português que lhe foi proporcionada, na década de cinquenta, por Sarmento Rodrigues, abundam as críticas à falta de autenticidade na aplicação dos princípios do humanismo português cristão, e ficou célebre a polémica que o livro provocou com o Comandante Henrique de Vilhena, Presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Diamantes de Angola, no *Diário de Notícias* de Lisboa. Era este último um grande organizador e administrador, homem predominantemente de acção orientada por vasta cultura, mas inclinado naturalmente a sobrevalorizar os resultados da gestão por objectivos, o avanço técnico e económico, com os corolários da melhoria das condições de vida material das populações, e, por isso mesmo, menos atento aos valores recolhidos na definição do lusotropicalismo, às questões do relacionamento entre homens de etnias e culturas diferenciadas à luz de um autêntico pluralismo humanista.

Esta jornada de Gilberto, que lhe acarretou incompreensões e talvez malquerenças, acrescentou todavia, ao prestígio de homem de ciência, o respeito acrescido pela verticalidade do crítico.

Quando eu próprio, no exercício das funções de Ministro do Ultramar, em 6 de setembro de 1961, revoguei o chamado Estatuto dos Indígenas do ultramar português, colocando-os em pé de igualdade em relação a todos os direitos políticos, citei no respectivo relatório o nome de Gilberto Freyre, e julgo que esta homenagem não a recebeu qualquer outro estudioso destes domínios.

Cito este facto para abonar a influência que teve, não apenas no domínio das idéias, mas também no domínio da acção que outros empreenderam tendo em conta, entre outras fontes, designadamente a doutrina social da Igreja, os seus ensinamentos teóricos e a sua crítica activa da realidade.

Pode dizer-se que, deste modo, Gilberto não manteve sempre a neutralidade científica que tantas escolas ambicionavam para as ciências sociais. Mas este proclamado desígnio nunca poderá ser atingido, mesmo que tivesse vantagens, porque a actividade científica é em si mesma necessariamente participante; porque nenhum cientista pode alhear-se de uma metateoria que o condiciona; porque o cientista não elimina o homem inteiro que se revela na acção, quando a coragem o impede de ficar na fronteira da neutralidade e da abstenção. Inteiro estava Gilberto nos Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa, que organizei em Moçambique.

Olhando em frente e para cima, em busca de novos futuros a construir no espaço do mundo que o português criou. No acto final do II Congresso, que teve lugar na Ilha de Moçambique em 1966, estavam representados vivos todos os valores que recolheu na sua obra prodigiosa: na velha fortaleza, portugueses, descendentes de portugueses e filiados na cultura portuguesa; bispos de todo o espaço da língua portuguesa; representantes de todas as outras igrejas e cultos; e em dois mastros, ao cair da noite sobre o Índico, pela primeira e talvez última ocasião, subiram as bandeiras de Portugal e do Brasil, com os hinos nacionais a proclamarem a convergência, e a convidarem os que não tinham ainda tais símbolos a olharem na mesma direcção, em busca do ponto ómega que acreditamos poder ser atingido.

Estava ali o mundo que o português criou, visto concretamente pelo homem que soube descrever-lhe a moldura do passado. Sabemos hoje que não estavam ainda ali os capazes de imaginarem e construir um novo futuro. Morreu Gilberto. Mas as idéias têm essa imortalidade que ultrapassa a nossa passagem pelo mundo. Ficam à espera que alguém as encontre, na descoberta constante do já dito que é grande parte da tarefa dos homens vivos. De alguém que as adopte. Da geração do reencontro.

Naquilo que respeita ao ensino universitário, a teoria de Gilberto foi rapidamente recolhida nos currículos do actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa, o qual teve na origem a velha Escola Colonial que apareceu na seqüência da acção da venerável Sociedade de Geografia, liderada por Luciano Cordeiro nas vésperas da Conferência de Berlim de 1885.

Tenho a convicção de que foi nos meus cursos da disciplina então chamada Política Ultramarina que o lusotropicalismo passou a ser sistematicamente ensinado e tratado, inspirando numerosos trabalhos de campo e teóricos. A sua presença no pensamento português é profunda e definitiva, e até as linhas diver-

gentes é nele que encontram a sua raiz, pelo método habitual da contradição. As interpretações da matriz, que hoje vão tomando corpo e domínio na teoria em formação sobre o fenômeno colonizador português, inscrevem-se neste último plano. Circunstâncias políticas conjunturais tendem portanto para silenciar o seu pensamento, mas elas serão modificadas pelo tempo e enfileirá definitivamente nos clássicos que constituem o fundo cultural permanente do pensamento que se exprime em língua portuguesa.

Lisboa, 6 de agosto de 1987